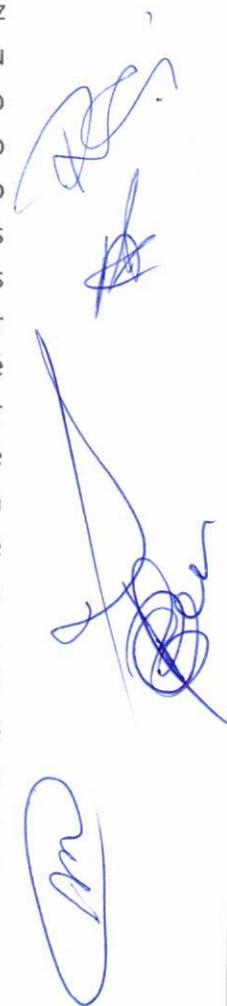
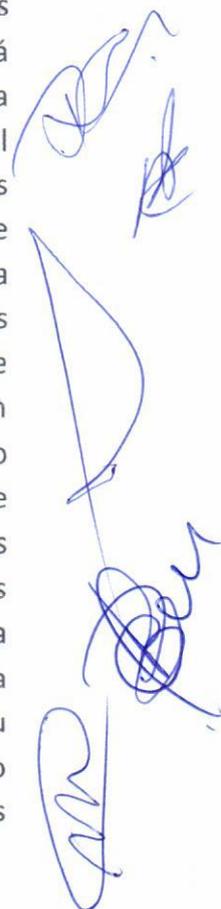


**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE
URBANA – PARQUÍMETROS – LEI DA GRATUIDADE - 14/04/2016**

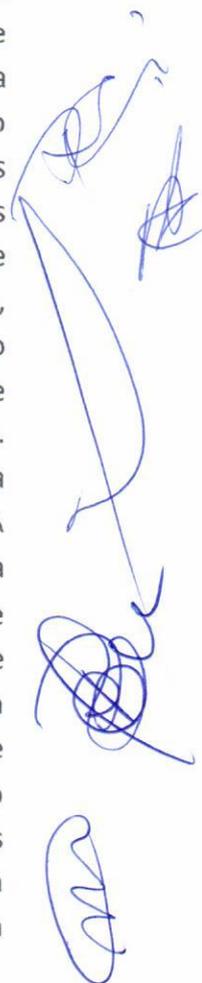
Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 19h20 o Presidente desta Casa Legislativa, vereador Paulo Igor abriu a Audiência Pública, falando sobre a preocupação com um dos temas que é o cumprimento da Lei da Gratuidade do Estacionamento Rotativo. Compôs a Mesa com Marcelo Fiorini, representante do Sicomércio; Claudia Pires representante da Arte; o ex-vereador Baninho, autor da Lei da Gratuidade; Luiz Baltar, diretor da SinalPark. Explicou que as instituições procuraram o Sicomércio e a Arte com o intuito de solicitar uma reunião para tentar solucionar uma série de questões. Lamentou a falta de representação do Poder Executivo mais uma vez e colocou a Casa à disposição para somar forças com os comerciantes da Rua Teresa. Passou a palavra ao Vereador Maurinho Branco, presidente da Comissão de Transportes que conduziu a Audiência. O vereador Maurinho Branco saudou a todos explicou que o intuito dessa audiência pública é buscar solução para mais um problema que afligem a nossa população e afeta de maneira indireta a vários outros setores como o comércio e serviços, principalmente o setor de moda e vestuários. Um dos assuntos abordados é a Lei nº 7026 de 28 de dezembro de 2012 que surgiu com o intuito de incluir a gratuidade de estacionamento a vans e veículos de passeio que comprovem consumo mínimo de trezentos reais na Rua Teresa e adjacências. Disse que a audiência foi provocada por representantes do comércio local, entre eles o Sicomércio, o CDL e a Arte (associação da Rua Teresa). Lamentou a ausência do Presidente da CPTrans. Agradeceu a presença do Sr. Luiz Baltar, presidente do SinalPark. Falou que desde primeiro de março, quando entrou em operação o novo sistema de estacionamento em vias públicas, que segundo o governo era para estimular a rotatividade das vagas e dar mais conforto ao usuário começaram a ocorrer uma série de problemas para a população. E perguntou: Não seria melhor, antes de implementarmos ações como essa, não seria mais certo, mais democrático, mais participativo (termo esse usado pelo atual governo), convocar as entidades envolvidas para opinar, sugerir, criticar se for o caso, e com isso agregar valor aos respectivos projetos ou ações? Finalizou dizendo que o objetivo da reunião é o de buscar sugestões que simplifiquem as normas citadas com o propósito de atrair mais compradores para o comércio de nossa cidade, aquecer novamente a economia e garantir os empregos já existentes e se possível, ampliar mais esse mercado. Passou a palavra para o Vereador Anderson Juliano, que saudou a todos os presentes e começou falando a respeito de se pensar em considerações a respeito dos reflexos na economia da cidade, criar situações para que o turista venha e queira voltar à cidade. Falou que a Rua Teresa é muito prejudicada, começando pelo ponto de vista fiscal porque os comerciantes não recebem qualquer tipo de incentivo como algumas empresas da cidade recebem. Falou sobre a importância da presença do representante da empresa responsável pelo rotativo para poder sanar os problemas criados. Salientou que o mais importante seria a presença do contratante, no caso a CPTrans,



para que se cobre deles as soluções para os problemas trazidos. O Vereador Maurinho anunciou e convidou para a composição da mesa o Sr. Sergio Mayworm, representante do CDL e o Dr. Weber Gusmão, representante da OAB. Passou a palavra para Marcelo Fiorini, que saudou a todos, começou falando sobre a falta de diálogo com o governo porque ao saber da terceirização do rotativo, em 17 de novembro mandou um ofício ao governo solicitando uma reunião de esclarecimento e até a presente data não foram atendidos, não houve sequer uma cartilha para esclarecer quanto ao funcionamento, faltou informação, o que gerou problemas principalmente na Rua Teresa. Ninguém sabe como foi feita a concessão. Falta transparência. Sugeriu à Casa solicitar toda a documentação sobre a licitação. Falou que o novo sistema é obsoleto porque obriga aos usuários o uso de moedas. Não há agentes públicos e os controladores aplicam multas no valor de trinta e seis reais. O parquímetro não aceita cartão de débito, acha que é um sistema feito para dificultar. O problema maior ainda tem sido com relação à Lei da Gratuidade, tem também o preenchimento de formulário, o que complica ainda mais. Acha necessário buscarem soluções para facilitar a gratuidade porque as pessoas estão deixando de vir a Petrópolis que já tem um pedágio caro para ficar em Caxias. Outra necessidade, disse, é facilitar a vinda das vans, e mais tolerância com os carros de fora da cidade na aplicação das multas. Claudia Pires saudou a todos, agradeceu a presença do ex-vereador Baninho, do Vereador Anderson Juliano, Sr. Guilherme, Juninho e a todos da Rua Teresa que estão ajudando nessa luta. Informou que a Arte se reuniu com o governo em março e não houve por parte do governo nenhum cumprimento do que foi acordado. Que os órgãos públicos não trabalham em harmonia. Apresentou um documento com todas as reclamações apresentadas ao governo e que demonstra que a Lei 7026 está inviável. Falou sobre o "guia" exigido no art. 3º já não é mais usado pela Rua Teresa; a limitação do número de pessoas no carro também atrapalha e mostrou que um casal às vezes compra uma soma muito maior que uma família inteira; falta de funcionários para informação, facilitar a troca de notas por moedas, compra do cartão, coisas que oneram e não ajudam ao turista que não sabem como funciona a forma de cobrança do estacionamento. Ressaltou que há um número muito pequeno de controladores para a extensão da rua e para o número de vagas e que apenas 15 minutos de tolerância para encontrar um controlador é muito pequeno. Outra reclamação foi com relação ao ressarcimento do dinheiro do estacionamento, o cliente precisa pagar o estacionamento para depois fazer a compra e só na saída ter o valor da gratuidade restituído. Essas ações precisam ser revistas com urgência para que aumente as vendas do comércio local, gerando empregos e consequentemente gerando mais arrecadação para o município, ressaltou. O Vereador Maurinho Branco passou a palavra ao Sr. Luiz Baltar, que saudou a todos os presentes e disse estar presente para esclarecer o máximo e colocar a empresa à disposição. Disse que a empresa participou da licitação, foi selecionada e está na cidade para somar e contribuir, e está pronto para corrigir e ajustar o que for necessário. Informou que o rotativo já existe há muitos

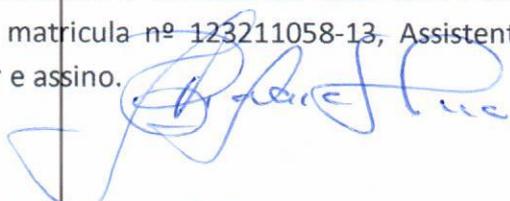


anos, houve a terceirização a partir do dia primeiro de março mas o regulamento já vinha sendo praticado anteriormente, que a concessionária põe em prática as normas determinadas pelo Município. Como concessionária do serviço público, tem que cumprir a lei. Com relação à Lei da Gratuidade acha que a intenção da lei é boa mas precisa ser revisada para ter uma aplicabilidade mais fácil. Disse não haver interesse por parte da concessionária em dificultar a gratuidade porque ela é paga pelo município. Com relação aos equipamentos, eles têm limitação técnica. Não há no Brasil homologação para equipamentos fazerem uso de cartão em áreas externas, até por uma questão de segurança do próprio usuário. A concessionária dispõe de vários canais disponíveis ao usuário: parquímetros, controladores com canais de venda, smartphone, internet, comerciantes, 0800 e recarga em cartões. Os controladores já existiam mas na realidade, toda mudança não é tarefa fácil. Com relação à prorrogação dos 15 minutos a concessionária não tem competência para mudar o regulamento e a taxa administrativa, já é definida pelo governo. Em seguida, o vereador Maurinho Branco abriu para a palavra para a assistência. De volta ao plenário, o Vereador Meirelles saudou a todos e disse que a Casa precisa ouvir mais as demandas dos comerciantes porque eles vivem essa realidade. Leu as reivindicações da Arte e sugeriu que não haja limitação do número de pessoas no carro, mas que estipulem um valor mínimo para as compras. Informou que em 2013 fez uma indicação para que não fosse cobrado estacionamento rotativo na Rua Teresa às quintas e sábados, mas não foi atendido. Disse que a audiência pública é uma oportunidade de se debater sugestões e que o documento entregue pela Arte é bastante preciso e pode ajudar a melhorar a legislação. O vereador Thiago Damaceno saudou a todos e parabenizou a mobilização pela presença de todos. Acha que existem problemas sim, que precisam de mais controladores mas que o projeto foi pensado pela prefeitura com o intuito das vagas serem rotativas e não cativas, com intuito de democratizar o espaço. Tem certeza de que aparando as arestas haverá um ganho para a cidade, a lei precisa ser atualizada, aplicável e simplificada. Acha que é preciso criar um sistema para melhorar, para que o turista compre e receba seu dinheiro de gratuidade do estacionamento de volta, que preparou uma minuta para contribuir e que é preciso fomentar o turismo de compras. Afirmou que será retomado um convênio entre a prefeitura e a Arte que ajudava a pagar o pedágio das vans. Colocou-se à disposição para levar questões ao prefeito. A Rua Teresa é o maior ativo da cidade e maior empregador. Luiz Baltare explicou que a legislação manda colocar um controlador a cada sessenta vagas. Temos novecentas e sessenta e seis vagas e quarenta e um controladores. Assumiu o compromisso de aumentar para o próximo sábado, o número de controladores, uma providência imediata. A respeito da legalidade das multas explicou que o Superior Tribunal de Justiça delegou ao particular a imposição de penalidades intermediárias e o registro das penalidades. De acordo também com o art. 280 do Código de Trânsito as penalidades podem ser homologadas por agentes e aparelhos. A concessionária manda a penalidade e a CPTrans valida ou não. Sobre o valor cobrado pela hora é uma



decisão que está no regulamento, o valor não mudou, a tarifa é definida pelo Poder Público. Informou que quarenta e cinco por cento da arrecadação volta para o Poder Público. Com relação ao ressarcimento, já existe o pagamento de meia hora e após a compra determinar o quanto falta a pagar ou receber. Para responder sobre os participantes da licitação, foram duas empresas e a SinalPark é de Recife. O vereador Ronaldo Ramos disse que ao analisar a lei crê que ela seja inconstitucional e que tenha vício de iniciativa. Informou que fez um ante-projeto para facilitar e se colocou à disposição para juntos construir algo melhor. O vereador Simar Fortes saudou a todos os presentes e parabenizou a todos. Disse que acha muito bom serem cobrados, que eles têm que saber receber críticas. Não tem perfil de omissos ou ausentes. Solicitou a cópia do contrato da empresa e está aguardando há quase sessenta dias. Afirmou ser independente e não pertencer à base do governo. Também acha que mais uma vez não houve transparência nesse processo e propôs um trabalho em conjunto para dar resposta imediata. A vereadora Gilda Beatriz saudou a todos e disse ter sido contrária a vinda da empresa. Acha que a CPTrans deveria ter capacidade de gerir. Acompanhou o edital e fez representação no Ministério Público. Mas lida com o autoritarismo. Acha que esse dinheiro que a empresa recebe deveria ficar em Petrópolis. Pediu informação a respeito da demarcação e cobrança do estacionamento em dias de Exposição Agropecuária. O vereador Paulo Igor agradeceu a presença de todos e disse que só com mobilização que se muda a realidade. Falou das inúmeras audiências públicas feitas pela Casa principalmente por haver um compromisso com a população, mas muitas atribuições são exclusivas do Poder Executivo. Todas as solicitações feitas são registradas e as respostas são providenciadas. Acatou a sugestão do vereador Silmar de haver um trabalho em conjunto e propôs uma reunião já para a próxima segunda-feira e ficou determinada que será às quatorze horas. Agradeceu e parabenizou a iniciativa dos comerciantes. Meirelles sugeriu a informação da Lei da Gratuidade no folder que foi distribuído anteriormente, e despediu-se por não poder participar até o final. Luiz Baltarse comprometeu com relação ao folder e respondendo a Vereadora Gilda disse que ainda não conversou com a CPTrans a respeito da demarcação de vagas mas sabe que a tarifa cobrada será no valor de quatro vezes o valor normal, sem limite de tempo. Roni Medeiros saudou a todos e afirmou ter sido um sucesso a audiência pública porque a legislação será revista. É a favor da política de participação. Luizinho Sorriso saudou a todos. Sugeriu formar uma comissão da Câmara com os comerciantes para cobrar as ações do Executivo. Marcelo Fiorini agradeceu a presença de todos e principalmente à Casa Legislativa para que houvesse o debate, lamentou mais uma vez a ausência do poder público, da CPTrans e agradeceu a presença do Sr. Luiz Baltar. Ressaltou que falou-se da Rua Teresa, mas o Centro Histórico também sofre, o comércio em geral precisa dessa rotatividade mas estranhamente o polo de modas do Bingen não foi contemplado. Presente à reunião, o ex-vereador Baninho agradeceu e saudou a todos e disse ter feito a Lei à época, preocupado com a Rua Teresa e fica feliz que ela hoje vá ser revisada, pois a realidade é outra, para ajudar

a Rua Teresa. Claudia Pires agradeceu a participação de todos os comerciantes porque sozinha não pode fazer anda. Agradeceu a contribuição de cada um dos vereadores. Manifestou que não pode reclamar dos vereadores porque é sempre bem atendida. Dr. Weber Gusmão saudou a todos e disse estar fazendo parte da Comissão de Trânsito da OAB que estará tomando posse amanhã. Elogiou o comprometimento de todos em resolver o problema e disse que a OAB pode ajudar nas questões legais, que a população pode e deve procurar a OAB. Agradeceu o convite e pediu permissão para estar junto ao trabalho que será realizado. Silmar Fortes disse estar feliz por construir a proposta e que a Rua Teresa fique na pauta desta Casa. Que a Casa abrace a causa. Parabenizou a todos os presentes. Maurinho Branco agradeceu a presença do Sr. Luiz Baltar, falou da ausência do Sr. Fernando Badia e disse que os vereadores esperam o Sr. Luiz na segunda feira para a próxima reunião. Passou a palavra para o Sr. Luiz Baltar para as considerações finais. Ele agradeceu o convite e se colocou à disposição dos lojistas e comerciantes em geral. O vereador Anderson Juliano disse que a reunião cumpriu o seu papel, deixou claro não ser amigo do Badia, salientou que o que o Marcelo não quis dizer por que não tem isso no Bingen, é porque o Badia é dono de um shopping lá e o que está errado na administração da cidade é botar a raposa para tomar conta do galinheiro. Disse ter certeza de que vão fazer a lei, vão votá-la e fez um apelo para que as pessoas venham mais à Câmara porque a lei e o ordenamento vêm a reboque da vontade da sociedade. A Câmara tem muito poder mas se estiver unida, imbuída de um espírito. Se não houver mobilização as coisas não vão acontecer, não esperem do Bomtempo nada de bom. Falou da Lei da Transparência que mesmo tendo entrado na justiça e ter ganho, o prefeito não cumpre. Terminou solicitando que façam mobilização sempre. Gilda Beatriz parabenizou a todos os presentes e falou da importância da mobilização. Maurinho Branco encerrou a audiência agradecendo a todos e salientando a vontade de fazer uma Petrópolis melhor. E eu, Ubyrajara da Costa Silva, matrícula nº 123211058-13, Assistente de Apoio às Comissões, escrevi para constar e assino.



Petrópolis, 14 de abril de 2016.

